



Associação Portuguesa
da Indústria de Ourivesaria

Relatório e Contas da Direção

2015

**e Parecer do Conselho
Fiscal**



Índice

INTRODUÇÃO	2
RELATÓRIO DE GESTÃO	4
Fornecimento de metais preciosos e outros	4
Imóveis	6
Associados e Quotização	8
Formação Profissional Educação	9
CCT Indústria de Ourivesaria	10
Organização Interna	11
Vida Associativa	11
Colaboração com Associações do Setor	11
Presença em Feiras	11
Imagem	11
Concurso de Ourivesaria	11
Outras atividades de relevo	13
CONTAS	14
Demonstração de Resultados	14
Análise Comparativa entre o executado e o orçamentado	14
Análise Comparativa entre os dois últimos exercícios	15
BALANÇO	19
PARECER SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DE 2015	21

Relatório e Contas da Direção e Parecer do Conselho Fiscal

EXERCÍCIO DE 2015

Resultados Líquidos

Em 2015, a APIO alcançou novamente um resultado operacional positivo. Pese embora as limitações e constrangimentos inerentes a uma estrutura de dimensão reduzida como o da APIO, as opções de gestão que se têm tomado, tendo em vista a contenção de custos mas sem esquecer a aposta na formação profissional têm dado os seus frutos.

INTRODUÇÃO

Em Portugal, o ano de 2015 fica, inevitavelmente, marcado pelo fim do Programa de Ajustamento e pelo início de um novo ciclo político.

O PIB de 2015 fecha nos 1,5% mas em fraca desaceleração. De facto, os melhores trimestres do ano foram os dois primeiros, nos quais o PIB cresceu, em termos homólogos, à taxa de 1,6%. No terceiro trimestre o ritmo de crescimento abrandou para 1,4% e no último trimestre do ano, segundo as estimativas rápidas do INE, terá crescido 1,2%.

Segundo o *World Gold Council*, a procura no setor da ourivesaria no segundo semestre de 2015 foi a mais elevada dos últimos 11 anos mas o total anual apresentou um declínio de 3% (para 2,414.9t), valores que foram influenciados pela fraca prestação verificada no primeiro semestre.

A procura foi muito mais forte nos últimos seis meses, aumentando 2% para 1,299.9t – o melhor total registado na segunda metade desde 2004. A Índia foi o melhor mercado em termos de performance, contrastando com perdas na Turquia, Rússia e vários países do Médio Oriente.

O ano de 2015 foi, para a APIO, muito semelhante ao anterior e portanto bastante satisfatório do ponto de vista económico e financeiro sendo de se salientar a performance na área da formação profissional com o fim da primeira edição de um curso de longa duração de joalharia e, já em novembro, com o início da segunda edição desse curso. Novembro foi também o mês em que entrou em vigor o Regime Jurídico de Ourivesaria e das Contrastarias que veio substituir o envelhecido Regulamento das Contrastarias, legislação que está longe de ser consensual e de ser de agrado para todo o setor, afetando-o economicamente.

Exmos. Srs.,

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias em vigor, a Direção da APIO - Associação Portuguesa da Indústria de Ourivesaria vem submeter à apreciação de V. Exas., o relatório e contas respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Fornecimento de metais preciosos e outros

Em 2015, a Associação movimentou, através de vendas, os metais e respetivas quantidades a seguir indicadas:

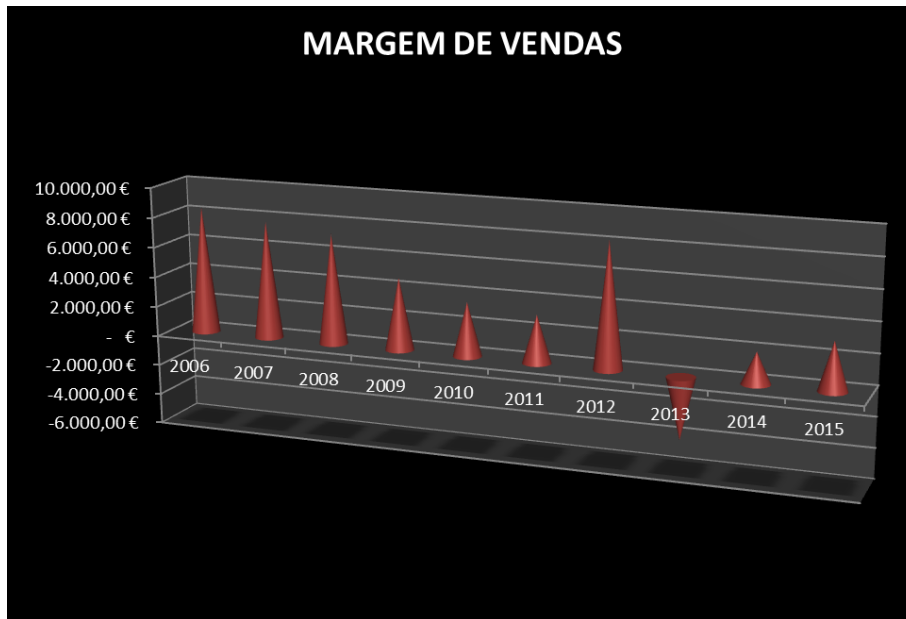
Produto	Total (Gr)
Prata	124734
Ouro	9086
Solda de Ouro	151
Paládio	107
Ródio	6

As vendas efetuadas pela Associação, têm evoluído nos últimos cinco anos, da seguinte forma:

ANO	OURO		PRATA	
	Quilogramas	Valor	Quilogramas	Valor
2011	3,655	128.220,41 €	41,807	29.079,97 €
2012	2,196	92.393,79 €	14,125	8.937,25 €
2013	7,139	227.312,95 €	143,696	77.482,64 €
2014	7,150	222.150,46 €	111,542	54.115,26 €
2015	9,086	306.832,04 €	124,734	53.316,01 €

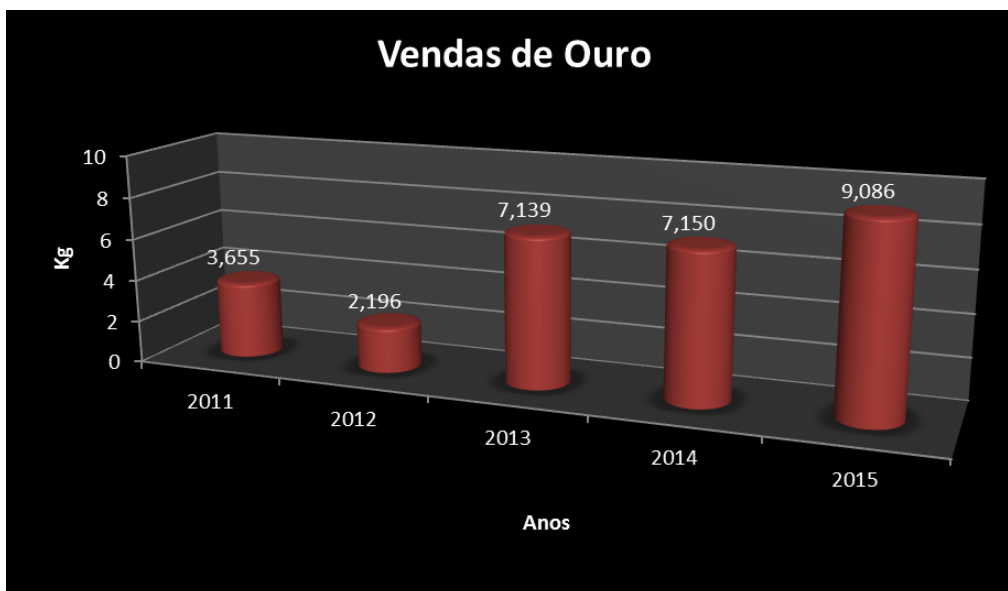
O exercício em análise foi um ano de aumento generalizado das quantidades de metais vendidas. A análise da tabela anterior, permite concluir que a quantidade vendida de metais aumentou face a 2014 aparentando consolidar uma certa tendência mais favorável e um cenário bastante diferente do que se vivia em anos anteriores. Em 2014, foram vendidos 9,086 quilogramas de ouro e 124,734 quilogramas de prata.

Verifica-se um acréscimo bem sensível de 27% no ouro transacionado e de 12% na prata comercializada.



A margem de lucro que existe nesta comercialização é diminuta e se se referia, de há uns exercícios a esta parte, que os lucros que se obtêm deste negócio tem vindo a perder importância, a verdade é que esta área de negócio não deve ser menosprezada e tem a sua relevância económica nos resultados obtidos e financeira pelos movimentos que cria na tesouraria.

Não é fácil justificar perante a atual conjuntura o motivo deste aumento de vendas tão significativos mas julgamos que a maior estabilidade que se tem sentido nos preços das duas matérias-primas pode ajudar a explicar este acréscimo. É sempre de referir que, como é óbvio, classificando-se estas matérias como uma categoria de produtos onde a margem de lucro é muito reduzida e onde apenas se obtêm ganhos significativos quando se comercializam grandes quantidades, os valores atingidos nas vendas têm impacto nos resultados obtidos.



Evidentemente que se reconhece que a APIO não tem grande capacidade para praticar preços mais competitivos do que as empresas especializadas neste tipo de negócio, mas são sempre oferecidas aos associados as melhores condições possíveis no pressuposto de que as

mesmas não causem prejuízo à Associação.

O ano findo foi um ano de relativa estabilidade de cotações dos dois metais preciosos mais procurados ainda que comparativamente ao ano anterior se constata uma volatilidade superior no ouro. A evolução dos preços dos dois metais encontra-se muito bem ilustrada no seguinte quadro.

ANO	OURO (grama)		PRATA (quilograma)	
	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo
2011	44,96 €	31,81 €	1.122,30 €	671,10 €
2012	45,78 €	39,97 €	921,60 €	734,70 €
2013	42,42 €	26,64 €	831,80 €	480,60 €
2014	32,97 €	29,50 €	549,10 €	417,20 €
2015	37,96 €	31,90 €	554,80 €	427,20 €

Constata-se que, em 2015, o ouro variou 6,06 euros por grama entre o máximo e mínimo registado e que a prata variou 127,60 euros por quilograma. São variações menos díspares do que as que se verificavam em 2011, 2012 e 2013 mas, ainda assim, sensíveis e causadoras de constrangimentos à gestão desta atividade.

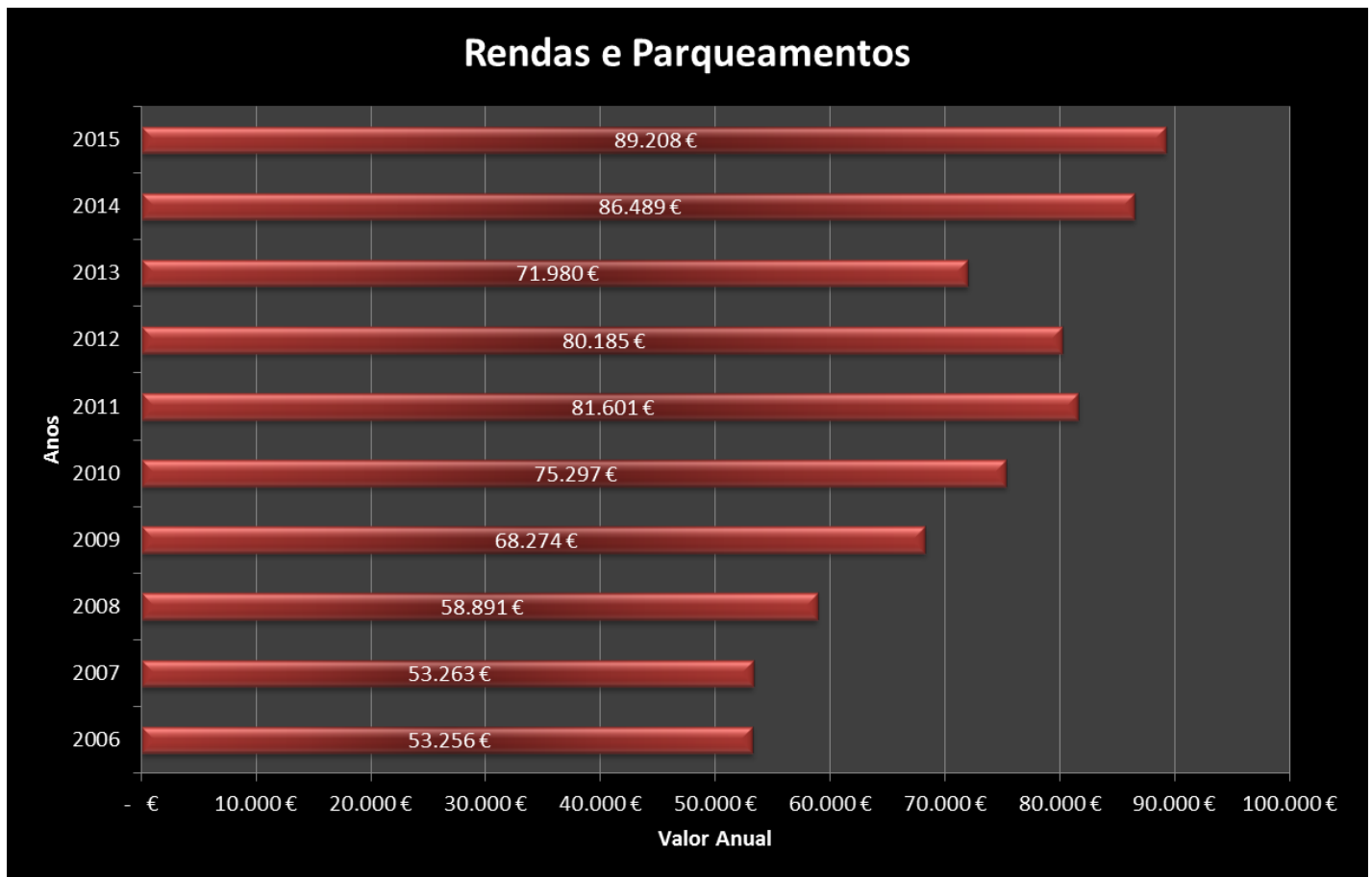
Nunca é de mais recordar que o preço de referência divulgado pela Associação tem como objetivo orientar o fabricante na execução dos seus orçamentos. Esse preço resulta de um acordo alcançado entre as associações representativas do setor e de alguns fornecedores de metais e que veio ocupar o lugar do preço de referência que era facultado tradicionalmente (mas sem que houvesse nenhuma obrigação) pelo Millennium BCP. O cálculo dessa fórmula baseia-se num acréscimo percentual àquele que é o valor de abertura de mercado depois de efetuada a conversão de onça para grama e de dólar para euro o que, obviamente, e aqui é que surgem algumas confusões que induzem muitos dos associados em erro, faz com que o preço de referência seja sempre mais elevado (e atualmente ainda significativamente) que o preço de venda/compra. É também por este motivo que o sítio de internet da Associação divulga o preço de venda, ao início da manhã, dos dois metais.

Imóveis

Os rendimentos provenientes dos imóveis da Associação são a sua principal fonte de receita, sendo a que permitiu encarar, com alguma segurança e confiança, a atual conjuntura. A APIO possui um imóvel constituído por 12 frações destinadas a habitação e 6 abrigos na Rua Martins Sarmiento, n.º 59, em Lisboa que se encontrava totalmente arrendado no final de 2015 e, outro imóvel, constituído por 8 frações de habitação e 2 frações destinadas a comércio na Rua General Alves Roçadas, 8-8A-8B, na Damaia, também ele inteiramente arrendado à data de 31 de dezembro.

Por serem imóveis com quase 60 anos, nos quais durante grande parte deles não se investiu de forma preventiva, e que ao longo desse tempo foram sofrendo um desgaste natural que os tem degradado, tem-se vindo a proceder necessariamente – e por vezes quase obrigatoriamente – segundo uma estratégia

ponderada de investimento com vista a rentabilização no médio e longo prazo, o que tem vindo a dar os seus frutos, quer à realização de obras de melhoria quer à sua manutenção.



O ano de 2015 não foi diferente nesse capítulo tendo-se gasto a importância de 5.314,61 euros (valor que inclui IVA) em obras de manutenção e de investimento no património imobiliário, onde se incluem processos de certificação energéticos que passaram a ser obrigatórios em 2014 para as frações destinadas a arrendamento.

Já noutros relatórios, foi referido que este investimento tem permitido um crescimento assinalável nos rendimentos obtidos pelas várias frações como o gráfico desta página pode ilustrar.

Cerca de 30% das frações estão ainda arrendadas a um valor abaixo do praticado no mercado e, embora sempre dependente da forma como o mercado de arrendamento possa evoluir, esse facto permite perspetivar que os anos futuros podem ter uma tendência crescente. É do conhecimento geral, que o mercado de arrendamento se tem revelado muito dinâmico nos últimos 3/4 anos, mas devido à crise que se abateu em Portugal notou-se uma diminuição dos valores de renda praticados, situação a que a APIO também não ficou alheia. Ainda assim, e como referido, fruto do imediato investimento em apartamentos que fiquem vagos bem como de parcerias com imobiliárias na angariação de novos arrendatários, 2015 acabou por ser um ano digno de registo sendo o mais elevado de sempre no que diz respeito ao valor de rendas atingido.

Como o gráfico aponta, a receita de rendas e dos parqueamentos ascendeu em 2015 a 89.208 euros. Para que se fique com uma ideia da evolução desta receita, refira-se que ela hoje representa 167% daquilo que representava há 10 anos atrás.

No que diz respeito a processos decorrentes de dívidas de antigos inquilinos, deve-se referir que um processo ganhou em tribunal e que tem já mais de 10 anos, e que se encontra em execução por falta de cumprimento da sentença proferida, teve novos avanços durante 2015. Refira-se ainda que no decorrer de 2015 (já perto do seu final) se deliberou avançar com rescisões de contrato de arrendamento por falta de pagamento de duas ou mais rendas, processos que entretanto evoluíram para ações de despejo que deram entrada no Balcão Nacional de Arrendamento.

Associados e Quotização

No ano que findou a 31 de dezembro de 2015, contabilizaram-se 4 desistências havendo a registar 7 admissões. Em 2016 é intenção realizar um novo processo de renumeração o que poderá reduzir de forma sensível o número de associados que tem evoluído como o gráfico seguinte elucida:



Como se pode verificar no gráfico seguinte, 2015 foi um ano que apresenta uma receita de quotização superior ao de 2014. A tendência tem sido de decréscimo em grande parte motivado pelos problemas económicos e financeiros que afetam o setor, esta questão apresenta-se, mais uma vez, como sendo uma das dificuldades da atual gestão que não consegue ser eficaz ao ponto de receber dos associados tudo o que é devido. O valor cobrado foi, este ano, de 8.260 euros, superior em 1.035 euros o valor alcançado em 2014.



Apesar de 2015 ter sido bem melhor do que 2014 do ponto de vista da receita aqui atingida, note-se que em dez anos o seu valor decresceu praticamente 10.000 euros e este fenómeno tem evidentemente repercussão nos resultados obtidos. E a explicação não reside apenas no facto de, num ato de gestão, se ter optado por decrescer o valor de quota mensal para 66% do seu valor pois existia sustentabilidade nas outras fontes de receita da Associação para o poder fazer.

Em 2015 registaram-se os seguintes movimento de associados:

Admissões	Demissões	Saldo
7	4	3

Formação Profissional | Educação

O Centro de Formação Profissional da APIO, localizado na Rua de Martim Vaz, 38-40, Lisboa, iniciou a sua atividade formativa em 2013.

O relançamento, em 2013, não teve o impacto esperado e ainda no decurso desse ano e início de 2014, a Direção, juntamente com uma equipa selecionada de formadores, estruturou um curso de ourivesaria com a duração de 400 horas que foi lançado em setembro com a totalidade de inscrições possíveis. Faz-se, portanto, um balanço bem positivo do ano no que concerne a este capítulo sendo a convicção da Direção de que há espaço para melhorar ainda mais e para fazer melhor pese embora a situação de crise

económica que afasta os potenciais interessados e a concorrência que já se encontra instalada e que já é conhecida no meio.

Em 2015 foi concluído com sucesso essa primeira edição do curso de joalheria frequentado por 10 formandos e iniciou-se em novembro a segunda edição frequentada por 7 formandos.

Em 2015, no Centro de Formação foram lecionadas 336 horas de formação (279 horas da edição de 2014/2015 do curso de Ourivesaria/Joalheria e 57 horas da edição 2015/2016 do Curso de Joalheria) para 17 formandos.

N.º de Formandos	Horas de Formação	Receita
17	336	12.135,81 €

Do ponto de vista económico, a atividade formativa da Associação permitiu um encaixe total de 13.679,82 euros e o centro de custos do Centro de Formação, apresentou custos na ordem dos 13.240,39 euros, ou seja, conclui-se que a atividade formativa teve um pequeno lucro o que vai de encontro à conclusão anteriormente apresentada de que apenas com a regularidade destas ações e com a aposta em cursos de mais longa duração é que se poderia perspetivar alcançar o *break even point*.

Foi ainda realizado um *Open Day* do Centro de Formação de Joalheria da APIO como forma de promoção desta atividade dando-a conhecer ao mesmo tempo que se entregaram os certificados de formação profissional aos formandos do curso concluído.

Paralelamente, a APIO prosseguiu em 2015 a colaboração com a EB 2, 3 de Vialonga nos cursos de ourivesaria de nível 2 e do curso profissional de técnico de joalheria/cravador. Essa colaboração revestiu-se de quatro formas:

- Fazendo parte do júri da Prova de Avaliação Final;
- Fazendo a divulgação dos estágios nos nossos associados tendo sido possível garanti-los para a totalidade dos alunos embora cada vez mais com mais dificuldade;
- Indicando formadores para a componente prática do curso profissional;
- Proporcionando visitas de estudo a oficinas em laboração.

CCT Indústria de Ourivesaria

Pelo quinto ano consecutivo, não foi alcançado nenhum acordo com as estruturas sindicais subscritoras do CCT Indústria de Ourivesaria. É aliás o segundo ano consecutivo em que nem decorreram conversações nesse sentido.

Organização Interna

Em 2015 a equipa da APIO encontrou-se formada pelo Secretário-geral, um administrativo, uma responsável pela área da comunicação e imagem e uma porteira. Foi ainda promovido um estágio profissional ao abrigo do Estágios Emprego que se concluiu tendo-se avançado para a contratação da jovem que terminou esse estágio.

Vida Associativa

Tiveram lugar as seguintes reuniões previstas estatutariamente:

- Reuniões de Assembleia Geral – 2
- Reuniões do Conselho Fiscal – 3
- Reuniões de Direção – 13

Colaboração com Associações do Setor

Foram mantidos contactos regulares com todas as associações do setor, nomeadamente com a AORP – Associação de Ourivesaria e Relojoaria de Portugal, com o IGP – Instituto Gemológico Português, com a qual se celebrou um acordo de parceria, com a ACORS – Associação dos Comerciantes de Ourivesaria e Relojoaria do Sul dando-se alguns passos para uma mais forte colaboração na defesa do setor, situação para a qual muito contribuiu o RJOC e foram prosseguidas as ações de divulgação de atividades de cada uma das associações, bem como com a PIN – Associação de Joalheria Contemporânea.

Presença em Feiras

A APIO esteve presente na regressada Eurojóia e na Portojóia com a presença habitual expondo as peças do 7.º concurso de ourivesaria da APIO, dedicado ao tema Luz.

Imagem

Foi efetuado o envio de circulares e da *newsletter* eletrónica para todos os associados e pessoas que a tenham subscrito.

A Associação utiliza preferencialmente o seu *site* e a sua página oficial no *facebook* para divulgar todas as suas atividades.

A revista JoiaPro divulgou algumas das atividades e iniciativas da APIO, com especial ênfase para um trabalho sobre o relançamento da atividade formativa da Associação.

Foram prestados vários esclarecimentos a revistas, jornais, televisão e rádios na ótica da defesa do setor industrial.

A maior parte dos trabalhos gráficos da APIO são já idealizados internamente e alguns deles foram também reproduzidos usando os seus próprios recursos.

Concurso de Ourivesaria

Pelo sétimo ano consecutivo foi organizado o concurso de ourivesaria da APIO, desta vez, dedicado ao tema Luz.

A Direção da APIO associou-se desta forma ao ano internacional da luz que naquele ano foi comemorado.

Desta feita, a parceria desta edição do concurso foi constituída pela APIO, como promotor e organizador, pela Comissão Nacional do Ano Internacional da Luz, na qualidade de parceiro institucional e pelo Espaço Sarmiento da Ourivesaria Sarmiento, local onde teve lugar a cerimónia de divulgação dos vencedores, onde decorreu a entrega dos prémios e onde todas as peças estiveram expostas com particular destaque para as dignas de prémio.

Foram aceites 17 peças a concurso avaliadas posteriormente por um júri. As peças estiveram expostas na PortoJóia, no *stand* da APIO, e houve prémio para os três primeiros classificados, duas menções honrosas e diplomas de participação para todos os participantes.

Outras atividades de relevo

Teve lugar uma reunião de CTO onde a APIO tem assento e onde esteve evidentemente presente. Na reunião foi abordado especificamente a entrada em vigor do RJOC – Regime Jurídico da Ourivesaria e das Contrastarias.

Foi estabelecida uma parceria com a leiloeira P55 através da qual os associados da APIO podem beneficiar de condições vantajosas caso pretendam recorrer aos serviços daquela entidade.

No âmbito da parceria estabelecida com a ACORS foi dado apoio a uma sessão de esclarecimento para os associados das duas associações sobre o RJOC pela ASAE.

No decurso do ano foram mantidas reuniões e contactos com a Secretaria de Estado do Tesouro no sentido de contribuir para um regime jurídico mais favorável para o setor tendo-se conseguido nalguns casos as pretensões solicitadas mas não tendo o mesmo sucesso noutros intentos, o que resultou numa legislação que em muitos aspetos não beneficia nada o setor.

No final do ano entrou em vigor o novo Regime Jurídico da Ourivesaria e das Contrastarias. A APIO foi ao longo do tempo prestando os esclarecimentos possíveis aos seus associados sobre a nova regulamentação.

CONTAS

Demonstração de Resultados

Análise Comparativa entre o executado e o orçamentado

Conta do SNC	Rendimentos e Gastos	Períodos		Execução
		2015 Executado	2015 Orçamentado	
71 + 72	Vendas e serviços prestados	396.441,15 €	333.377,00 €	119%
75	Subsídios à exploração	7.338,94 €	4.907,00 €	150%
	Ganhos / perdas imputados e subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	- €	- €	
	Variação nos inventários da produção	- €	- €	
	Trabalhos para a própria entidade	- €	- €	
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 372.624,28 €	- 311.511,00 €	120%
62	Fornecimentos e serviços externos	- 44.283,59 €	- 40.492,00 €	109%
63	Gastos com o pessoal	- 59.773,25 €	- 63.274,00 €	94%
	Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	- €	- €	
	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	- €	- €	
	Provisões (aumentos/reduções)	- €	- €	
	Imparidade de activos não depreciables / amortizações (perda / reversões)	- €	- €	
	Aumentos / reduções de justo valor	- €	- €	
78	Outros rendimentos e ganhos	89.611,76 €	92.184,00 €	97%
68	Outras gastos e perdas	- 4.023,81 €	- 2.484,00 €	162%
	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	12.686,92 €	12.707,00 €	100%
64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	- 3.599,24 €	- 3.818,00 €	94%
	Imparidade de activos depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)	- €	- €	
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	9.087,68 €	8.889,00 €	102%
69	Juros e rendimentos similares obtidos	- €	- €	
	Juros e gastos similares suportados	- 1.467,33 €	- 2.145,00 €	68%
	Resultado antes de impostos	7.620,35 €	6.744,00 €	113%
	Imposto sobre o rendimento do período	- 1.600,27 €	- 1.248,00 €	128%
	Resultado líquido do período	6.020,08 €	5.496,00 €	110%

A análise comparativa entre o orçamento previsto e o resultado alcançado aponta para um pequeno desvio. Em termos de resultados líquidos do exercício atingiu-se um valor mais elevado em 10% face ao estimado.

Na análise por rubrica, o maior desvio encontrado é na rubrica de “Outros gastos e perdas” onde a despesa executada foi superior em 162% ao orçamentado. E isso, tem essencialmente a ver, com um custo superior ao estimado verificado nas taxas (motivadas por atividades ligadas ao licenciamento do centro de formação). O segundo maior desvio em termos percentuais, aconteceu na rubrica de subsídios à exploração pois no momento em que o orçamento foi elaborado não se contemplou a verba relativa ao apoio concedido pelo Estado Português pela criação de um novo posto de trabalho e não se contemplou na medida em que não seria correto estar a prever e a contabilizar receitas que se iriam ainda submeter a medidas de apoio através de candidaturas que revestem sempre um grau de incerteza face ao resultado da sua avaliação.

Em termos absolutos, o maior desvio encontra-se na rubrica de “Vendas e serviços prestados” onde se estimaram menos 63.064,15€ que o executado e essa diferença resulta de uma quantidade mais elevada de vendas efetivadas e de um valor médio de cotações dos metais preciosos também mais elevado que ao que, em média, se contemplou no momento da elaboração do orçamento

Observando-se os desvios mais significativos, no lado das despesas, o que mais se nota provem da rubrica de “Custos das mercadorias e das matérias consumidas” (- 61.113,28 euros) que têm relação direta com o que atrás foi referido sobre as vendas.

Esclarecimento ainda para um custo superior ao orçamentado na rubrica de “fornecimentos e serviços externos” (3.791,59 euros) que se justificou essencialmente por um gasto superior ao estimado na rubrica de materiais de onde se realçam materiais adquiridos para a formação profissional e material de escritório embora depois se tenha verificado uma compensação na rubrica de gastos com pessoal na ordem dos 3.500 euros por força da manutenção das medidas de restrição salarial tomadas ainda em 2013, como forma de mais eficazmente controlar a tesouraria devendo essa redução terminar logo que se alcance o equilíbrio que se considera essencial.

Análise Comparativa entre os dois últimos exercícios

Conta do SNC	Rendimentos e Gastos	Períodos	
		2015	2014
71 + 72	Vendas e serviços prestados	396.441,15 €	294.855,57 €
75	Subsídios à exploração	7.338,94 €	8.513,36 €
	Ganhos / perdas imputados e subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	- €	- €
	Variação nos inventários da produção	- €	- €
	Trabalhos para a própria entidade	- €	- €
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 372.624,28 €	- 280.012,46 €
62	Fornecimentos e serviços externos	- 44.283,59 €	- 38.393,41 €
63	Gastos com o pessoal	- 59.773,25 €	- 51.837,79 €
	Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	- €	- €
	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	- €	- €
	Provisões (aumentos/reduções)	- €	- €
	Imparidade de activos não depreciables / amortizações (perda / reversões)	- €	- €
	Aumentos / reduções de justo valor	- €	- €
78	Outros rendimentos e ganhos	89.611,76 €	86.103,28 €
68	Outras gastos e perdas	- 4.023,81 €	- 4.036,94 €
	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	12.686,92 €	15.191,61 €
64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	- 3.599,24 €	- 3.599,24 €
	Imparidade de activos depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)	- €	- €
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	9.087,68 €	11.592,37 €
69	Juros e rendimentos similares obtidos	- €	- €
	Juros e gastos similares suportados	- 1.467,33 €	- 1.867,49 €
	Resultado antes de impostos	7.620,35 €	9.724,88 €
	Imposto sobre o rendimento do período	- 1.600,27 €	- 1.681,36 €
	Resultado líquido do período	6.020,08 €	8.043,52 €

Existem, quando se comparam os dois últimos exercícios e numa análise mais incisiva sobre o exercício de 2015 (sobre o qual o atual relatório se debruça) desvios com algum significado mas que acabam por não ter uma importância tão expressiva quando se comparam os resultados alcançados que foram inferiores aos do ano transato.

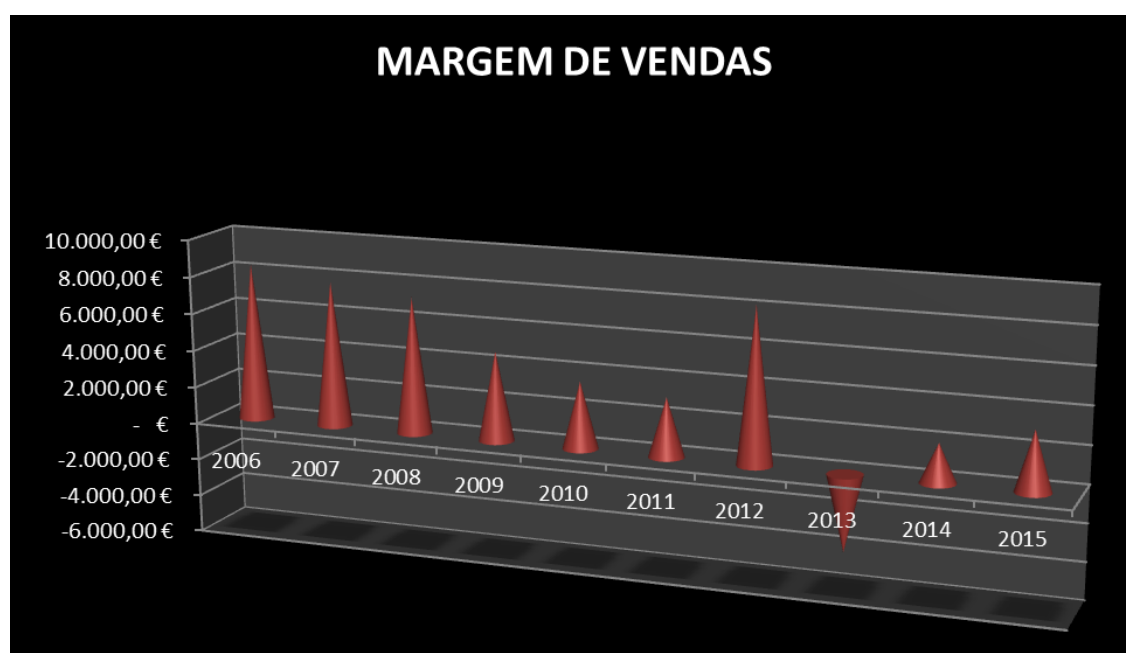
Em 2015 foi apurado um resultado líquido do período positivo, já depois de impostos, de 6.020,08 euros (seis mil e vinte euros e oito cêntimos) consolidando um quadro consecutivo de oito exercícios consecutivos a fechar com resultados positivos depois de três exercícios sucessivos de resultados negativos.

Naturalmente que face ao que se conhece da conjuntura vivida pelos diversos agentes económicos portugueses e do setor em particular, este é um resultado que anunciamos com agrado.

Conclui-se, uma vez mais, que as contas de exploração da Associação parecem ter atingido um ponto razoável de sustentabilidade, mas que essa sustentabilidade é obtida com recurso a um grande rigor. Já é frequente referir que, numa análise mais detalhada às contas, é forçoso concluir que elas dependem cada vez mais da fonte de receitas proveniente dos prédios através do arrendamento das frações, sendo certo que esse fator pode revelar alguma fragilidade e ser causa, em conjugação com outros fatores, de alguns desequilíbrios.

Podem-se apontar os seguintes fatores como sendo determinantes para os resultados alcançados:

- A rubrica de gastos com pessoal teve um aumento de 7.935,45 euros e a de fornecimentos e serviços externos elevou-se 6.890,18 euros.
- A rubrica de custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas aumentou 92.611,82 euros mas a rubrica de vendas e prestação de serviços teve um crescimento ainda superior de 101.185, 58 euros o resulta num saldo líquido positivo de 8.973,76 euros.



- A margem de vendas das matérias-primas utilizadas pelo setor aumentou este ano para 3.184,50 euros.

Simultaneamente, podem-se fazer os seguintes comentários:

- ❖ Face a 2014, o total de gastos foi ampliado em 105.943,08 euros enquanto os rendimentos se elevaram 103.918,64 euros o que conduziu a um menor resultado.
- ❖ O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas elevou-se pela conjugação do acréscimo das quantidades vendidas e de um preço médio dos metais preciosos mais elevado do que o de 2014, nomeadamente no que diz respeito ao ouro.
- ❖ Os custos com Fornecimentos e Serviços Externos aumentaram 15% o que se prende com custos superiores assumidos nas rubricas de materiais, energia e fluidos, deslocações, estadas e transportes.

- ❖ Os gastos com pessoal cresceram significativamente como resultado da integração de mais uma pessoa nos recursos humanos. A evolução de gastos nesta rubrica pode ser verificada no gráfico presente nesta página.



- ❖ A rubrica de outros rendimentos e ganhos cresceu praticamente 4% como consequência de uma maior receita verificada nas rendas e parqueamentos do património predial mas também do significativo incremento verificado nas receitas da atividade de formação profissional.
- ❖ A importância discriminada em juros e gastos similares diminuiu um pouco por força de se ir pagando mais capital e menos juros à medida que o prazo de pagamento do crédito contraído vai avançando.
- ❖ Os gastos com amortizações foram iguais aos de 2014.
- ❖ Do lado dos proveitos e ganhos, já ficou claro, pelo exposto no primeiro ponto destes comentários, que houve também uma acréscimo assinalável.
- ❖ A receita de quotização foi superior à de 2014.

- ❖ A receita proveniente das rendas dos edifícios da Associação cresceu de forma muito assinalável.
- ❖ A receita proveniente dos serviços prestados na área da formação profissional atingiu os dois dígitos na ordem dos milhares.
- ❖ No valor inscrito na rubrica de subsídios à exploração assumem particular relevância os apoios recebidos do IEFP do Programa Estimulo 2013 e do Programa Estágios Emprego.

Tal como em anos anteriores, propõe-se que o resultado do exercício seja transferido para a conta de resultados transitados.

BALANÇO

Rubricas	Datas	
	2015	2014
ACTIVO		
Activo não corrente		
Activos fixos tangíveis	70.642,92 €	72.263,28 €
Propriedades de investimento	100.138,90 €	102.117,78 €
Activos intangíveis	0,01 €	0,01 €
Investimentos Financeiros	- €	- €
Accionistas / Sócios	- €	- €
Outros activos financeiros	124,30 €	61,88 €
	170.906,13 €	174.442,95 €
Activo Corrente		
Inventários	994,66 €	1.168,94 €
Clientes	1.866,96 €	1.068,51 €
Adiantamento a fornecedores	- €	- €
Estado e outros entes públicos	4.345,81 €	2.280,75 €
Accionistas / Sócios	- €	- €
Outras contas a receber	32,68 €	62,64 €
Diferimentos	774,60 €	982,48 €
Activos financeiros detidos para negociação	- €	- €
Caixa e depósitos bancários	32.723,91 €	31.688,19 €
	40.738,62 €	37.251,51 €
Total do activo	211.644,75 €	211.694,46 €
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital Próprio		
Capital realizado	14.041,16 €	14.041,16 €
Acções (quotas) próprias	- €	- €
Outros instrumentos de capital próprio	- €	- €
Prémios de emissão	- €	- €
Reservas Legais	- €	- €
Outras reservas	122.684,36 €	122.684,36 €
Resultado transitado	18.005,05 €	9.961,53 €
Excedentes de valorização	- €	- €
Outras variações no capital próprio	- 20.166,11 €	- 20.166,11 €
Resultado líquido do período	6.020,08 €	8.043,52 €
Total do capital próprio	140.584,54 €	134.564,46 €
PASSIVO		
Passivo não corrente		
Provisões	- 338,20 €	- 338,20 €
Financiamentos obtidos	20.833,26 €	25.833,30 €
Outras contas a pagar	- €	- €
	20.495,06 €	25.495,10 €
Passivo corrente		
Fornecedores	34.490,19 €	33.752,58 €
Adiantamentos de clientes	- €	- €
Estado e outros entes públicos	2.800,41 €	3.044,27 €
Accionistas / Sócios	- €	- €
Financiamentos obtidos	380,23 €	450,34 €
Diferimentos	6.347,00 €	6.473,00 €
Outras contas a pagar	6.547,32 €	7.914,71 €
Outros passivos financeiros	- €	- €
	50.565,15 €	51.634,90 €
Total do passivo	71.060,21 €	77.130,00 €
Total do capital próprio e do passivo	211.644,75 €	211.694,46 €

Da análise do Balanço da APIO em 31 de Dezembro de 2015 e em comparação com 2014, podem-se retirar as seguintes conclusões:

- O ativo líquido praticamente manteve-se – Nota-se uma alteração no valor apresentado de 211.694,46 euros em 2014 para 211.644,75 euros em 2015 – em resultado da evolução interligada das principais rubricas que o compõem, sendo de destacar:
 - ↪ O ativo não corrente registou um decréscimo na ordem dos 3.536,82 euros por força quase integralmente das amortizações legalmente consideradas.
 - ↪ O ativo corrente apresenta uma valorização líquida de 3.487,11 euros em resultado do forte contributo da conta de Estado e Outros Entes Públicos.
- O passivo registou uma quebra considerável sendo de realçar:
 - ↪ No passivo não corrente a redução do débito proveniente do financiamento obtido em 5.000,04 euros que resulta da amortização anual do crédito contratualizado com o objetivo de financiar a aquisição da sede da Associação.
 - ↪ No passivo corrente, o decréscimo do seu total em 1.069,75 euros.
- A situação líquida da Associação aumentou 6.020,08 euros a que correspondem os resultados líquidos obtidos cifrando-se atualmente os capitais próprios em 140.584,54 euros.

Lisboa, 1 de março de 2016

A Direção

Carlos Alberto Nicolau Caria
Presidente

José Maria Caeiro Bulhão
Vice-Presidente

Eduardo Rui C. Pinto Leite
Tesoureiro

Alexandra Paula S. de Sousa
Vogal

Ana Rita Antunes
Vogal

PARECER SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DE 2015

Senhores associados,

Em cumprimento dos estatutos da APIO – Associação Portuguesa da Indústria de Ourivesaria apresentamos parecer sobre o Relatório e Contas apresentados pela Direção da APIO – Associação Portuguesa da Indústria de Ourivesaria, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

Foram analisados todos os documentos apresentados pela Direção relativamente ao exercício findo, designadamente o Relatório e Contas da Direção, o Balancete Geral e Mapas de reintegrações e amortizações.

Foram-nos prestados, quer pela Direção, quer pelos serviços coordenados pelo Secretário-geral e pelo Técnico de Contas, todos os esclarecimentos solicitados.

Em resultado dos exames efetuados é nossa convicção que o Relatório e Contas apresentados pela Direção satisfazem as disposições estatutárias.

Tendo por base as verificações efetuadas, somos de parecer:

1. Que sejam aprovados o Relatório e as Contas apresentados pela Direção, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.
2. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Direção.

Lisboa, 10 de março de 2016.

O Conselho Fiscal

Amaro António V. Coelho
Presidente

Paulo Jorge F. Magalhães
Vice-Presidente

Bruno Daniel S. M. Precatado
Relator